

Despacho n.º 12 176/2007

Na esteira da reorganização prevista na alínea c) do n.º 1 e nas alíneas h) e i) do n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 209/2006, de 27 de Outubro, Lei Orgânica do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, foi publicado o Decreto Regulamentar n.º 12/2007, de 27 de Fevereiro, que estabelece o novo modelo orgânico e funcional, definindo a missão, atribuições e tipo de organização interna das direcções regionais de agricultura (DRA), que passam a designar-se por direcções regionais de agricultura e pescas (DRAP).

A Portaria n.º 219-Q/2007, de 28 de Fevereiro, no desenvolvimento deste último diploma, determina o número de unidades orgânicas flexíveis dos serviços.

Por sua vez, o despacho n.º 8500/2007, de 11 de Maio, elenca as unidades flexíveis, definindo as suas atribuições e competências.

Por outro lado, estatui o n.º 1, alínea c), do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, que a comissão de serviço dos titulares dos cargos dirigentes cessa por extinção ou reorganização da unidade orgânica, a qual ocorreu no dia 28 de Fevereiro de 2007.

Importava assim, desde esta data e até à nomeação dos novos titulares dos cargos de direcção intermédia de 2.º grau, assegurar o regular funcionamento das respectivas unidades orgânicas flexíveis.

Considerando a vacatura do lugar de chefe de divisão de Avaliação de Projectos de Braga, a que se refere o n.º 3.2 do despacho n.º 8500/2007, de 11 de Maio;

Considerando que a funcionária Luísa Maria Gonçalves Hipólito possui mais de quatro anos de experiência profissional na carreira e na categoria para cujo provimento é exigível uma licenciatura e reconhecida aptidão e experiência profissional para o cargo de chefe de divisão de Avaliação de Projectos de Braga;

Considerando que possui a licenciatura em Engenharia Agronómica e experiência profissional no âmbito das atribuições cometidas à Divisão de Avaliação de Projectos de Braga, correspondendo assim ao perfil pretendido e evidenciado na nota curricular, em anexo ao presente despacho, do qual faz parte integrante;

Nomeio, em regime de substituição, no cargo de chefe de divisão de Avaliação de Projectos de Braga a licenciada em Engenharia Agronómica Luísa Maria Gonçalves Hipólito, nos termos dos artigos 20.º, 21.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

O presente despacho produz efeitos desde a data da sua assinatura. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

11 de Maio de 2007. — O Director Regional, *Carlos Alberto Moreira Alves d'Oliveira Guerra*.

ANEXO**Nota curricular**

Dados pessoais — Luísa Maria Gonçalves Hipólito, casada, nascida em 15 de Março de 1956, natural de Santa Isabel, Lisboa, e residente na Rua de João Braga, 11, Nogueira, Braga.

Formação académica:

Licenciatura em Engenharia Agronómica;
Mestrado em Extensão e Desenvolvimento Rural.

Formação profissional — realizou o estágio curricular do curso de Engenheiro Agrónomo no IGEF em Lisboa, «Crédito às cooperativas de transformação e comercialização de produtos agrícolas», ingressou em 1982 na Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho, onde veio a desempenhar as funções de técnica na RICA, no Programa de Apoio à Instalação de Jovens Agricultores e na análise de projectos de investimento no âmbito do Regulamento CEE n.º 797/85. A partir de 1987 foi nomeada chefe de zona agrária do Vale do Ave, em 1993, chefe de divisão de Garantia Agrícola, em 1996 no cargo de director de serviços da Direcção de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar e em 2003 no cargo de director de serviços da Direcção de Planeamento e Política Agro-Alimentar. Em termos de carreira, foi nomeada para a categoria de assessor principal da carreira de engenheiro em 30 de Maio de 1997.

Experiência profissional — no decurso da sua actividade profissional foi adquirindo competências em temas generalistas nas áreas de: gestão das empresas agrícolas, de projectos e dos recursos humanos; na formação de equipas; na comunicação das organizações; em formação pedagógica; em informática; etc., e em temas mais específicos, nomeadamente em: estudos rurais e economia agrária; nas políticas agrícolas e mercados; na segurança alimentar; no ordenamento do território; no desenvolvimento regional e rural, com frequência em 1993 da Second International School of Rural Development no University College Galway, na Irlanda; na multifuncionalidade dos espaços

rurais; em ambiente; e no sector da Administração Pública, com a realização recente do curso FORGE do INA.

No desenvolvimento desta mesma actividade, participou na elaboração dos artigos/estudos, «Extensão rural — Questões do planeamento»; «Diagnóstico e perspectivas do sector agrícola»; «Estratégias da Administração no desenvolvimento local» e «Diagnóstico prospectivo dos serviços em meio rural de Entre Douro e Minho».

Despacho n.º 12 177/2007

Na esteira da reorganização prevista na alínea c) do n.º 1 e nas alíneas h) e i) do n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 209/2006, de 27 de Outubro, Lei Orgânica do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, foi publicado o Decreto Regulamentar n.º 12/2007, de 27 de Fevereiro, que estabelece o novo modelo orgânico e funcional, definindo a missão, atribuições e tipo de organização interna das direcções regionais de agricultura (DRA), que passam a designar-se por direcções regionais de agricultura e pescas (DRAP).

A Portaria n.º 219-Q/2007, de 28 de Fevereiro, no desenvolvimento deste último diploma, determina o número de unidades orgânicas flexíveis dos serviços.

Por sua vez, o despacho n.º 8500/2007, de 11 de Maio, elenca as unidades flexíveis, definindo as suas atribuições e competências.

Por outro lado, estatui o n.º 1, alínea c), do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, que a comissão de serviço dos titulares dos cargos dirigentes cessa por extinção ou reorganização da unidade orgânica, a qual ocorreu no dia 28 de Fevereiro de 2007.

Importava assim, desde esta data e até à nomeação dos novos titulares dos cargos de direcção intermédia de 2.º grau, assegurar o regular funcionamento das respectivas unidades orgânicas flexíveis.

Considerando a vacatura do lugar de chefe de divisão de Controlo, a que se refere o n.º 1.2 do despacho n.º 8500/2007, de 11 de Maio;

Considerando que o funcionário Luís Manuel de Almeida Sobral Dias possui mais de quatro anos de experiência profissional na carreira e na categoria para cujo provimento é exigível uma licenciatura e reconhecida aptidão e experiência profissional para o cargo de chefe de divisão de Controlo;

Considerando que possui a licenciatura em Engenharia Agronómica e experiência profissional no âmbito das atribuições cometidas à Divisão de Controlo, correspondendo assim ao perfil pretendido e evidenciado na nota curricular, em anexo ao presente despacho, do qual faz parte integrante;

Nomeio, em regime de substituição, no cargo de chefe de divisão de Controlo o licenciado em Engenharia Agronómica Luís Manuel de Almeida Sobral Dias, nos termos dos artigos 20.º, 21.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

O presente despacho produz efeitos desde a data da sua assinatura. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

11 de Maio de 2007. — O Director Regional, *Carlos Alberto Moreira Alves d'Oliveira Guerra*.

ANEXO**Nota curricular**

Dados pessoais — Luís Manuel de Almeida Sobral Dias, nascido em 28 de Novembro de 1954, natural de Lisboa.

Formação académica:

Licenciatura em Engenharia Agronómica;
MBA em Gestão Internacional.

Formação profissional:

Campanha informativa sobre a adesão de Portugal às Comunidades Europeias, promovida pela Comissão de Integração Europeia;
Curso «Formação de empresários agrícolas», promovido pela Direcção-Geral de Extensão Rural do Ministério da Agricultura;
Curso «Política agrícola da CEE e a agricultura portuguesa», promovido pelo Instituto Nacional de Administração;
Curso «Extensionistas da Direcção Regional do Ribatejo e Oeste do Ministério da Agricultura».

Experiência profissional:

1980 — nomeado, em regime de substituição, chefe de divisão de Integração Europeia e Relações Externas do Gabinete de Planeamento, por despacho do director do Gabinete de Planeamento do Ministério da Agricultura e Pescas;

1980 — nomeado engenheiro de 2.ª classe, por despacho ministerial;

1981 — nomeado, em comissão de serviço, chefe de divisão de Integração Europeia e Relações Económicas Externas do Gabinete de

Planeamento para a Integração Europeia, por despacho do Ministro da Agricultura e Pescas;

1984 — nomeado, em comissão de serviço, chefe de divisão de Integração Europeia e Relações Económicas Externas do Gabinete de Planeamento para a Integração Europeia, por despacho do Ministro da Agricultura, Florestas e Alimentação;

2004 — integrado no quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho com a categoria de técnico superior de 2.ª classe da carreira de engenheiro, por despacho da directora-geral da Administração Pública e do director regional de Agricultura de Entre Douro e Minho;

2004 — nomeado, em regime de substituição, chefe de divisão de Estudos, por despacho do director regional de Agricultura de Entre Douro e Minho, do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho;

2005 — nomeado, em comissão de serviço e precedendo processo de selecção, nos termos dos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, chefe de divisão de Estudos, por despacho do director regional de Agricultura de Entre Douro e Minho.

Despacho n.º 12 178/2007

Na esteira da reorganização prevista nas alíneas c) do n.º 1 e h) e i) do n.º 2 do artigo 21.º Decreto-Lei n.º 209/2006, de 27 de Outubro, Lei Orgânica do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, foi publicado o Decreto Regulamentar n.º 12/2007, de 27 de Fevereiro, que estabelece o novo modelo orgânico e funcional, definindo a missão, as atribuições e o tipo de organização interna das direcções regionais de agricultura (DRA) que passam a designar-se por direcções regionais de agricultura e pescas (DRAP).

A Portaria n.º 219-Q/2007, de 28 de Fevereiro, no desenvolvimento deste último diploma, determina o número de unidades orgânicas flexíveis dos serviços.

Por sua vez, o despacho n.º 8500/2007, de 11 de Maio, elenca as unidades flexíveis, definindo as suas atribuições e competências.

Por outro lado, estatui o n.º 1, alínea c), do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, que a comissão de serviço dos titulares dos cargos dirigentes cessa por extinção ou reorganização da unidade orgânica, a qual ocorreu no dia 28 de Fevereiro de 2007.

Importava assim, desde esta data e até à nomeação dos novos titulares dos cargos de direcção intermédia do 2.º grau, assegurar o regular funcionamento das respectivas unidades orgânicas flexíveis.

Considerando a vacatura do lugar de chefe de divisão de Gestão de Recursos, a que se refere o n.º 2.1 do despacho n.º 8500/2007, de 11 de Maio;

Considerando que o funcionário Fernando Lopes Marques possui mais de quatro anos de experiência profissional na carreira e categoria para cujo provimento é exigível uma licenciatura e reconhecida aptidão e experiência profissional para o cargo de chefe de divisão de Gestão de Recursos;

Considerando que possui a licenciatura em Engenharia de Mecanização Agrícola e experiência profissional no âmbito das atribuições cometidas à Divisão de Gestão de Recursos, correspondendo assim ao perfil pretendido e evidenciado na nota curricular em anexo ao presente despacho, do qual faz parte integrante:

Nomeio, em regime de substituição, para o cargo de chefe de divisão de Gestão de Recursos o licenciado em Engenharia de Mecanização Agrícola Fernando Lopes Marques, nos termos dos artigos 20.º, 21.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

O presente despacho produz efeitos à data da sua assinatura. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

11 de Maio de 2007. — O Director Regional, *Carlos Alberto Moreira Alves d'Oliveira Guerra*.

Nota curricular

Dados pessoais — Fernando Lopes Marques, casado, nascido em 18 de Novembro de 1962, natural de Angola, residente na Rua de D. Afonso Henriques, 351, 5370-407 Mirandela.

Formação académica — licenciatura em Engenharia de Mecanização Agrícola.

Formação profissional:

Ação de formação profissional «Redes», com a duração de doze horas, em 18 e 19 de Dezembro de 2003;

Ação de formação profissional «Avaliação do desempenho», com a duração de trinta horas, de 15 a 21 de Dezembro de 2004;

Ação de formação profissional «Introdução ao programa Gestagro — Versão Windows», com a duração de sete horas, em 28 de Abril de 2005;

Curso FORGEP — Formação em Gestão Pública, de 18 de Setembro a 7 de Dezembro de 2006, com a classificação final de 15,1 valores;

Ação de formação profissional «SPSS», de 18 a 22 de Novembro de 2006.

Experiência profissional:

Em regime de prestação de serviços na Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes (Zona Agrária do Alto Tâmega e Alvão Padrela), na introdução de contabilidade agrícola, inutilização de solos e isenção de sisa, de 13 de Janeiro de 1988 a 13 de Fevereiro de 1990;

Contratado a termo certo, desde 13 de Fevereiro de 1990 até 13 de Fevereiro de 1993, na mesma entidade e serviço;

Em regime de prestação de serviços, desde 13 de Fevereiro de 1993 até 27 de Abril de 2004, na mesma entidade e serviço;

Em regime de prestação de serviços, desde 27 de Abril de 2004 até 31 de Dezembro de 1997, na Divisão de Programação, Recolha e Tratamento de Dados;

Contratado a termo certo, desde 1 de Janeiro de 1998, foi, em 27 de Novembro de 1998, nomeado definitivamente, precedendo concurso, para a categoria de técnico superior de 2.ª classe da carreira de engenheiro do quadro da DRATM, tendo tomado posse a 27 de Novembro de 1998, continuando a desempenhar as mesmas funções e na mesma Divisão de Serviços;

Responsável pela participação da DRATM no projecto de micorização controlada de castanheiro e carvalhos e avaliação da produtividade e comercialização de cogumelos comestíveis;

Coordenador regional no projecto «Recenseamento Geral da Agricultura — 1999», de Setembro em 1999 a Julho de 2000;

Nomeado, mediante concurso, para o cargo de chefe de divisão de Programação, Recolha e Tratamento de Dados, na Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes, tomando posse a 7 de Janeiro de 2002 e até 28 de Fevereiro de 2007.

Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro

Despacho (extracto) n.º 12 179/2007

Por despacho de 27 de Fevereiro de 2007 do ex-director Regional de Agricultura da Beira Litoral, foi António José Baetas da Silva, técnico superior de 1.ª classe da carreira de jurista do quadro de pessoal da ex-Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral, nomeado definitivamente na categoria de assessor principal da mesma carreira e quadro, nos termos do n.º 1 do artigo 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, considerando-se exonerado da categoria anterior a partir do direito de acesso na respectiva categoria e carreira. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Março de 2007. — O Director Regional, *(Assinatura ilegível.)*

Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve

Despacho n.º 12 180/2007

Lista de antiguidade reportada a 31 de Dezembro de 2006 dos funcionários da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve

Nos termos do disposto no artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que a lista de antiguidade dos funcionários da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve reportada a 31 de Dezembro de 2006 se encontra afixada nos placards destinados para o efeito.

Da organização da citada lista cabe reclamação, no prazo de 30 dias a contar da data de publicação deste aviso no *Diário da República*, de acordo com o n.º 1 do artigo 96.º do mesmo diploma.

26 de Abril de 2007. — O Director Regional, *Joaquim Castelão Rodrigues*.

Rectificação n.º 826/2007

Por ter saído com inexactidão a publicação do despacho (extracto) n.º 5287/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 55, de 19 de Março de 2007, a p. 7380, rectifica-se que onde se lê «Maria Emília Mota Pimentel Gonçalves, técnica profissional especialista da carreira de desenhador do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura do Algarve, promovida a técnica profissional especialista da mesma carreira e quadro» deve ler-se «Emília da Conceição Mota Pimentel Gonçalves, técnica profissional especialista da carreira de desenhador do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agri-